Protocolo: 1186680

05	CESTO DE LIXO PARA ESCRITÓRIO, COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS (PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS E ATÉ 1 LITRO), NA COR PRETA, SEM TAMPA, FORMATO CILÍNDRICO, EM POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 24CM DE DIÂMETRO X 32,5CM DE ALTURA (PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS EM ATÉ 2,5CM).		un	400	17,99	7.196
06	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO EM ROLO, COM CAPACIDADE PARA ROLOS DE 300 A 400M, MATERIAL PLÁSTICO ABS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 27,0CM (LARGURA) X 30,0CM (ALTURA) X 13,5CM (PROFUNDIDADE), PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS EM ATÉ 2,0CM, SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO POR CHAVE E ACOMPANHADO DE ACESSÓRIOS DE MONTAGEM PARA FIXAÇÃO NA PAREDE (PARAFUSOS E BUCHAS).		un	100	39,25	3.925

Item do TR	Fornecedor (R A FERRAGENS COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, 36.663.637/0001-05)							
x	Especificação			Unidade	Quan- tidade Máxima		Valor Un	Valor Total
01	LIXEIRA PLÁSTICA PARA BANHEIRO, COR BRANCA, CAPACIDADE 16 LITROS (PODENDO VARIAR EM 1 LITRO PARA MENOS), EM POLIPROPILENO, TAMPA COM ACIONAMENTO POR PEDAL E BALDE INTERNO REMOVÍVEL, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 41CM (ALTURA) X 31CM (LARGURA) X 32CM (PROFUNDIDADE), PODENDO VARIAR EM ATÉ 2CM PARA MAIS OU PARA MENOS.			un	300		52	15.600

Item do TR	Fornecedor (48.660.256 ELANE GALVAO DE PAULA, 48.660.256/0001-51)								
X	Especificação			Unidade	Quan- tidade Máxima		Valor Un	Valor Total	
02	Toalheiro bobina autocortante, com dimensões proximadas de: 34,5cm (altura) x 29,0cm (largura) x 20,0cm (profundidade), material plástico ABS,sistema de abertura e fechamento por chave, Sistema semi-automático, com capacidade de bolinas de até 200 metros, possuir mecanismo que controla o corte do papel em aproximadamente 30cm e acompanhado de acessórios de montagem para fixação na parede (parafusos e buchas)			un	200		258,12	51.624	
05	CESTO DE LIXO PARA ESCRITÓRIO, COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS (PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS E ATÉ 1 LITRO), NA COR PRETA, SEM TAMPA, FORMATO CLIÁNDRICO, EM POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 24CM DE DIÂMETRO X 32,5CM DE ALTURA (PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS EM ATÉ 2,5CM).			un	400		19,66	7.864	

Data da Assinatura: 10/04/2025 Data de divulgação no PNCP: 10/04/2025 Vigência: 11/04/2025 a 11/04/2026

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procura-

dor-Geral de Justica.

Protocolo: 1186595

**Protocolo: 1186620** 

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Número do Termo de Cooperação Técnica: 008/2021-MPPA. Número do Termo Aditivo: 2º

Processo: GEDOC n.º 114277/2025.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNÍA - FADESA, CNPJ/MF n.º 11.086.945/0001-94.

Objeto do Acordo de Cooperação Técnica: estabelecer as bases gerais de Cooperação Científica e Técnica entre o MPPA e a FADESA, para seleção pública de estagiários.

Objeto do Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica por mais 12 (doze) meses, a partir de 11.07.2025 até 10.07.2026. Data da Assinatura: 10/04/2025

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenadora responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justica.

# PORTARIA Nº 1625/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 7375/2024, e do Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça, aco-Ihido in totum;

CONSIDERANDO o disposto no art. 34, parágrafo único da Lei Estadual n.º 5.810/1994

RESOLVE:

HOMOLOGAR a Dispensa de Estágio Probatório da servidora abaixo relacionada, mantendo a data da aquisição da estabilidade pela servidora, nos termos do art. 41 da Constituição Federal.

NOME	CARGO	DATA DA AQUISIÇÃO DA ESTABI- LIDADE
DEYLANE MARIA DA CRUZ MOURA	ANALISTA MINISTERIAL - ASSISTENTE SOCIAL	24/07/2024

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA. Belém, 07 de abril de 2025. CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0639/2025-MP/SUB-JI A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A AREA JURIDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 0968/2024-MP/PGJ, de 16 de fevereiro de 2024; CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006; CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos ser-viços ministeriais no âmbito do 1º cargo da promotoria de justiça de São Miguel do Guamá:

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob GEDOC nº

RESOLVE:

DESIGNAR as promotoras de justiça IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA E LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA para oficiarem em conjunto com a promotora de justiça SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM SANCHEZ nos autos do procedimento administrativo SAJ nº 09.2023.00000635-8, de atribuição do 1º cargo da promotoria de justiça de São Miguel do Guamá, a contar de 08/05/2024, sem prejuízo de suas atribuições originárias

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém-PA, 08 de abril de 2025

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico-Institucional **PORTARIA Nº 0640/2025-MP/SUB-JI** 

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 0968/2024-MP/PGJ, de 16 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006; CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 12º cargo da promotoria de justiça de Marabá; CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob GEDOC  $n^{\rm o}$ 133730/2024;

RESOLVE:

DESIGNAR a promotora de justiça JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LO-PES para, em atuação conjunta, oficiar em audiência referente aos autos do processo no 0008175-45.2017.8.14.0123, de atribuição do  $12^{\rm o}$  cargo da promotoria de justiça de Marabá, no dia 04/07/2024, sem prejuízo de suas atribuições originárias.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém-PA, 08 de abril de 2025

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico-Institucional PORTARIA Nº 0641/2025-MP/SUB-JI

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 0968/2024-MP/PGJ, de 16 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006; CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo da promotoria de justiça de execuções penais, penas e medidas alternativas de Belém;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob GEDOC nº 135034/2024:

RESOLVE

DESIGNAR os promotores de justiça OCIRALVA DE SOUZA FARIAS TABO-SA, EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR E SAMIR TADEU MORAES DAHÁS JORGE para oficiarem em conjunto com a promotora de justiça CARMEN BURLE DA MOTA DE FREITAS nos autos do procedimento administrativo SAJ nº 09.2024.00002593-7, de atribuição do 2º cargo da promotoria de justiça de execuções penais, penas e medidas alternativas de Belém, no período de 03/06/2024 a 24/11/2025, sem prejuízo de suas atribuições originárias.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA, JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém-PA, 08 de abril de 2025.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico-Institucional PORTARIA Nº 0642/2025-MP/SUB-JI

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-NSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 0968/2024-MP/PGJ, de 16 de fevereiro de 2024; CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os afastamentos dos procuradores de justiça titulares para gozo de férias, folgas e licenças regulamentares;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito dos cargos da Procuradoria de Justiça Criminal;